Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 01/2026

10 de dezembro de 2025 a 10 de fevereiro de 2026

Sumário Executivo

Nosso primeiro Caderno do ano coloca-nos uma dupla tarefa: analisar os principais eventos políticos mundiais que ocorreram desde 10 de dezembro de 2025 que repercutiram na saúde global e na diplomacia da saúde, e de apontar perspectivas para 2026 nesses campos que são nosso objeto primordial, considerando todas as profundas transformações geopolíticas que ocorreram no ano anterior.



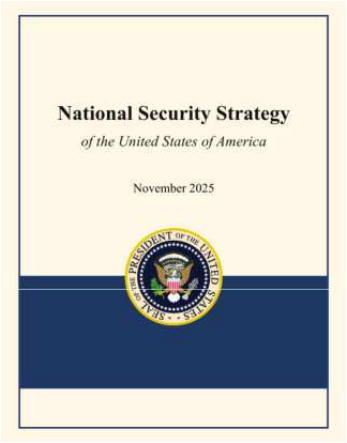
Abrimos o fascículo com a **Mensagem do Executivo ao Congresso Nacional**, que aborda as relações internacionais do Brasil. A mensagem de 2026, enviada pelo Executivo ao Legislativo em 02 de fevereiro, é um alentado documento de mais de 900 páginas, abordando o que o governo fez e o que pretende fazer. Entre as dezenas de temas que aborda encontra-se 'Política externa e soberania' (capítulo 7, pp. 870 - 893), que analisa e faz propostas sobre 'Política externa, articulação e cooperação internacional'. A mensagem afirma que o Brasil participou, com postura ativa e construtiva, dos mais importantes foros de diálogo e cooperação internacionais; reforçou a defesa de causas históricas para a diplomacia brasileira, como a reforma da governança global – inclusive do Conselho de Segurança da ONU, o desenvolvimento sustentável, o combate à fome, pobreza e desigualdade, a solução pacífica de conflitos e a não-interferência em assuntos internos dos países, com a adoção de soluções que deem voz e respondam às necessidades dos países do Sul Global, com o devido aporte de recursos para ajuda ao desenvolvimento e à cooperação Sul-Sul. Documento de vital interesse para todos os interessados em saúde global e diplomacia da saúde. Acesso: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/.arquivos/mensagem-ao-congresso-nacional-2026.pdf

Geopolítica global

Em 2025, a agenda internacional foi intensa e imprevisível, embora não surpreendente. Discutimo-la no fascículo 23 destes Cadernos (o último de 2025) com a colaboração de todos nossos analistas nas respectivas áreas que cobrem. Escrevemos, então, que foi um ano dificílimo para as relações internacionais, isto se devendo principalmente à vertiginosa mudança da política exterior do país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos da América, sob a condução do presidente Donald Trump, no seu segundo mandato, iniciado em janeiro de 2025. Isolacionista

e belicosa, com idas-e-vindas nas relações políticas e econômicas com a maioria dos países do mundo, fragilizou e trouxe imensas desconfianças entre todas as partes envolvidas, num ambiente geopolítico que já se mostrava desafiador nos últimos anos, e que já tivera acentuada piora depois do início da guerra na Ucrânia e dos ataques israelenses genocidas na faixa de Gaza.

A ordem internacional vigente desde 1945, ao final da 2ª. Guerra Mundial, imperfeita aos olhos do mundo em desenvolvimento, foi paradoxalmente rompida pelo seu maior beneficiário: os EUA. Não para aperfeiçoá-la quanto às enormes desigualdades e pesadas consequências negativas sobre inúmeros países e vastas populações do mundo, mas para aprofundar os benefícios auferidos pelo poderoso. Ou seja, tornou-a ainda pior, o que parecia impossível. As iniciativas que se originaram da Casa Branca, traçaram uma trilha assustadora para o redesenho da ordem internacional, segundo concepções baseadas nas propostas do America First para Make America Great Again, que desprezam a cooperação e a solidariedade, o direito internacional e o multilateralismo. Entre 'trumpaços', canetaços e tarifaços, a tradição estadunidense do soft power (ao seu modo) foi sendo substituída pela (não)-diplomacia da força e da imposição da vontade por coerção e ameaças, e a manu militari.



Desde a entrada de 2026, o vendaval geopolítico global não só continuou como se aprofundou. As dúvidas ainda existentes quanto à política externa dos EUA, devido aos movimentos e decisões aparentemente erráticos de Trump durante 2025, se dissiparam com a edição pela Casa Branca, em 4 de dezembro, da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf, que junto com a Estratégia de Defesa, em elaboração no Ministério da Guerra, pautarão a política exterior do país em 2026 e anos seguintes.

Inúmeros jornais e periódicos especializados em relações internacionais produziram análises sobre a Estratégia, inclusive nestes Cadernos, a imensa maioria com críticas severas ao abandono do soft power pela 'diplomacia das canhoneiras', como alguns intitulam as posições internacionais do governo Trump.

Aprofundou-se o rompimento da tradicional aliança do Atlântico Norte, entre os Estados Unidos e Europa, humilhante para os europeus, tratados pela Casa Branca como aliados de segunda categoria, e com a OTAN, contra as cordas pelo explícito e reafirmado interesse de Trump pela Groenlândia, território da Dinamarca. O que, lamentavelmente, vem acompanhado da decisão dos europeus de realizar uma caríssima remilitarização do continente, devido às ameaças que os líderes da Europa leem nas intenções da Rússia, que mantém a Ucrânia sob ataque, e a debandada dos EUA. Todos os recursos para armas; migalhas, se sobrarem, para o desenvolvimento e a cooperação.

Trump recupera, sob corolários seus, a Doutrina Monroe, rebatizada de Donroe, voltando os interesses gulosos sobre riquezas da América Latina, a exemplo das maiores reservas de petróleo do mundo na Venezuela e das terras raras em diversos países. Todos os limites e escrúpulos foram rompidos em 3 de janeiro com a invasão da Venezuela pelas forças estadunidenses e o sequestro de seu presidente constitucional Nicolás Maduro; a versão da Casa Branca é que foi uma ação policial para a captura de um narcotraficante. Sachs fez candente intervenção no Conselho de Segurança da ONU em reunião realizada logo depois da invasão do país pelos EUA, na qual relembra, inclusive, o histórico de intervenções militares americanas worldwide Opinion | My Briefing to the UN Security Council Regarding US Aggression Against Venezuela | Common Dreams

É a “normalização do impensável”, pois não satisfeito com este ato extremamente grave, que ignora o direito internacional e a Carta da ONU, Trump também ameaça com incursões militares em território mexicano para capturar narcos e integrantes de milícias, e a Colômbia por ser grande produtora de cocaína, embora com ambos faça movimentos de idas-e-vindas, como o caracteriza.

Reunião virtual de ministros das relações exteriores da CELAC a 3 de janeiro não produziu sequer uma declaração conjunta por desacordos entre seus membros, mas a invasão da Venezuela gerou uma manifestação conjunta de Brasil, Colômbia, Uruguai, Chile e Espanha no mesmo dia, condenado o agressão dos EUA ao pais sul-americano https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/posicao-de-brasil-mexico-chile-colombia-uruguai-e-espanha-diante-dos-fatos-ocorridos-na-venezuela.

A ‘prioridade’ dada ao ‘Hemisfério Ocidental’, (traduzível como ‘continente americano’ ou América Latina e Caribe) no documento mencionado acima, não se traduz em ‘cooperação para o desenvolvimento’, como seria desejável, mas destina-se a justificar o enfrentamento, inclusive com intervenções militares, do que a Casa Branca identifica como as principais ameaças vindas do ‘quintal’: narcotráfico, instabilidade política (sinaliza com influências em processos eleitorais que estão por vir), fontes de energia (como as enormes reservas de petróleo da Venezuela, p.ex.), avanços comerciais, diplomáticos e militares da China na região, e imigração oriunda da ALC para os EUA. Entretanto, é incapaz de reconhecer que a mão militar do narco vem da poderosa indústria bélica americana. Bem poderia o poderoso presidente criar barreiras às vendas de tais armas.

Neste contexto da dinâmica norte-americana na região, Cuba é um caso especial. É o próximo grande alvo. Após um embargo comercial de mais de três décadas, condenado por inúmeras resoluções da Assembleia Geral da ONU no transcorrer desse período, a situação se agravou depois do sequestro de Maduro pelos EUA e a proibição de a Venezuela continuar enviando petróleo a Cuba. Por meio de uma ordem executiva da Casa Branca, Trump ameaça impor tarifas adicionais aos países que vendem óleo para o país, incluindo o México. No dia 4/02, a ONU alertou que o bloqueio do fornecimento de petróleo produzirá um possível ‘colapso humanitário’ em Cuba, afetando o funcionamento de hospitais e outros serviços essenciais, com mortes e agravamento da saúde de enfermos, problemas na distribuição de água potável etc. Segundo o Coordenador-residente da ONU em Cuba, Francisco Pichon, o próprio trabalho humanitário da Organização na ilha está sendo severamente comprometido, em um momento em que o número de pessoas em situações vulneráveis aumentou significativamente. "Os últimos dois anos foram bastante difíceis", acrescentou, enfatizando que mudanças urgentes são necessárias para sustentar o modelo social cubano “em meio às severas sanções econômicas, financeiras e comerciais".

À medida que a economia cubana se deteriorou, os indicadores sociais do país – como a saúde universal, a educação universal e extensas redes de proteção social, como assistência médica subsidiada e rações alimentares, até então política públicas exemplares – estão sob intensa pressão. “Tudo isso está acontecendo no contexto do embargo dos EUA contra Cuba", disse Pichon, observando que Cuba também foi re-listada pelos EUA como patrocinador estatal do terrorismo.

Multilateralismo fragilizado

Neste cenário global em transformação, a fragilização do multilateralismo, representado pelas Nações Unidas, que já vinha em processo acelerado, se aprofundou radicalmente em 2025, devido a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, da OMS, do Conselho de Direitos Humanos, da UNESCO, e a suspenção do financiamento para UNRWA, agência da ONU que fornece assistência para refugiados palestinos.

Em janeiro de 2026, a Casa Branca ampliou seu isolamento e hostilidades ao multilateralismo, ao decidir retirar os EUA de mais de 60 agências das Nações Unidas e outras iniciativas internacionais (Ver: https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2026/01/withdrawing-the-united-states-from-international-organizations-conventions-and-treaties-that-are-contrary-to-the-interests-of-the-united-states/ e Withdrawal from Wasteful, Ineffective, or Harmful International Organizations - United States Department of State). Entre elas estão, na área ambiental, uma das mais afetadas, os importantes IPCC (Painel Intergovenamental sobre Mudança do Clima) e a Convenção sobre Mudanças Climáticas; UN-Habitat; ONU Oceanos e ONU Água. Nas áreas social (incluindo gênero e infância) e cultural estão: UNFPA; ONU Mulher; Universidade da ONU; o Departamento Econômico e Social da ONU; a CEPAL e as demais comissões regionais das Nações Unidas (África, Ásia e Pacífico, e Sudeste da Ásia); e diversas instâncias da ONU que tratam de clima, ambiente, infância, gênero, conflitos militares, democracia e outros. Saem levando os recursos financeiros que aportavam, mas também abandonam o direito que tinham de levantar sua voz em geral discordante e paralisadora de iniciativas nestas instâncias.

Transcorrido uma ano da solicitação de saída da OMS, o governo dos EUA divulgou uma agressiva 'Declaração Conjunta do Secretário de Estado Rubio e do Secretário de Saúde e Serviços Humanos Kennedy sobre a Cessação da Filiação dos EUA à OMS' Joint Statement by Secretary of State Rubio and Secretary of Health and Human Services Kennedy on the Termination of U.S. Membership in the World Health Organization (WHO) | HHS.gov na qual reafirma que 'todo o financiamento e o fornecimento de pessoal dos EUA para iniciativas da OMS cessaram', mas que 'os Estados Unidos continuarão a liderar o mundo em saúde pública' (...) trabalhando com outras organizações e países, numa clara ameaça de 'substituir' a OMS como autoridade sanitária global. A OMS respondeu em nota WHO statement on notification of withdrawal of the United States na qual rebate cada uma das infundadas acusações dos EUA.

Em importante resistência cívica e política, governos de Estado – como Califórnia e Illinois – e de grandes cidades como Nova York decidiram aderir à OMS, via a Global Outbreak Alert and Response Network (GOARN) https://goarn.who.int/.

De outro lado, desprezando completamente as consequências sobre sua população, mas também sobre as populações de outros países, os EUA eliminaram, em janeiro de 2026, diversas vacinas do calendário de imunizações obrigatórias de crianças dos EUA, entre as quais contra rotavírus, covid-19, gripe, doença meningocócica, hepatite A e hepatite B (Ver: CDC Acts on Presidential Memorandum to Update Childhood Immunization Schedule | HHS.gov). Manteve as vacinas contra sarampo, caxumba, rubéola, poliomielite, coqueluche, tétano, difteria, Haemophilus influenzae tipo B (Hib), pneumococo, papilomavírus humano (HPV) e varicela (catapora).

Enquanto isso, materializa-se o impensável em outros tempos: a OPS emite alerta epidemiológico diante do aumento do número de casos de sarampo nas Américas e faz um dramático chamado para reforçar vacinação e vigilância contra a enfermidade https://www.paho.org/pt/noticias/4-2-2026-opas-emite-alerta-epidemiologico-diante-da-persistencia-do-sarampo-nas-americas-e

Dentro do próprio país, Trump mantém a sistemática perseguição ao pensamento e à liberdade das grandes universidades americanas, com cortes de financiamento e outras ameaças, que continuam repercutindo negativamente em grupos de pesquisa em saúde em todo o mundo, muito dos quais cofinanciados por Universidades americanas, CDC, NIH e a extinta USAID.

Com os EUA caminhando para as comemorações de seus 250 anos de independência em 2026, Trump têm cobrado mudanças profundas no importante Smithsonian Institution e em seus grandes e respeitados museus e centros de pesquisa, forma pela qual ele pretende literalmente reescrever a história do país, quanto às populações indígenas originárias e a população negra.

A contestação de alguns *juízes federais e vozes da sociedade civil* que se levantaram contra este conjunto de 'demolições' têm produzido reduzidos efeitos e estão muito longe ainda do que seria de esperar, tamanho o estrago que vem deixando pelo caminho.

A política de migração é outra ameaçadora dimensão dos EUA trumpista, que tem sido apontada como "abominável" por dezenas de cientistas políticos e de relações internacionais, assim como por movimentos pelos direitos humanos no país. Milhares de imigrantes foram deportados, outros tantos aguardam a expulsão sumária. O impacto sobre a saúde é avassalador, com milhões vivendo estados físicos e mentais miseráveis, além de deixaram de frequentar serviços de saúde e outros para não serem identificados, diante das ameaças de prisão e deportação que pendem sobre suas cabeças.

A polícia de imigração do governo federal (ICE, sigla em inglês) – que alguns críticos mais audazes chamam de "a milícia de Trump" – patrulha as ruas de importantes cidades dos EUA, com foco naquelas com prefeitos democratas, caso de Minneapolis, no estado de Minnesota, onde assassinou dois cidadãos americanos (Renée Good e Alex Pretti). As ruas se encheram de manifestantes em diversas cidades do país, levando Trump e sua ministra do interior a recuar em algumas das medidas mais agressivas, incluindo retirando um contingente de agentes. Nisso colaboram também a resistência de governos de Estados e cidades americanas (como Nova York), bem como alguns senadores democratas e republicanos.

Como os EUA, a Europa segue endurecendo sua política de imigração, à exceção da Espanha, cujo governo do PS, liderado por Pedro Sanches, resolveu regularizar a situação de pelo menos 500 mil não-documentados em solo espanhol.

Registre-se que em 3 de novembro de 2026 ocorrerão as eleições legislativas nos Estados Unidos, que renovará todos os 435 membros da House (Câmara de Deputados), assim como 1/3 das cadeiras do Senado. Trump vem tentando manipular os distritos eleitorais (processo chamado, em inglês, de gerrymandering) para tentar manter a hegemonia que detém nas duas Casas. Tradicionalmente, o partido no poder perde a maioria em uma ou ambas as Casas, aumentando sua capacidade de reduzir, pelo processo legislativo, o poder do Executivo americano. Façam suas apostas, leitores!

Europa

No contexto agressivo do tradicional aliado, os EUA, a Europa se comporta de forma titubeante no cenário global. Os mais importantes analistas políticos europeus pedem firmeza nas ações e respostas dos 27 que, entretanto, reagem lentamente e sem consenso. Para aprofundar o entendimento, remetemos o leitor ao Boletim 14 (novembro de 2025) do Observatório Internacional do Século XXI da UFRJ, intitulado O crepúsculo europeu https://nubea.ufrj.br/images/Observatorio/Boletim_N_14_O_Crepsculo_Europeu_Novembro_2025.pdf, que destaca o declínio do poder econômico e militar, e da influência ética do bloco sobre o Sistema internacional. Um processo que começou há algumas décadas, mas entrou em processo acelerado nos últimos anos. E avalia a estratégia dos europeus de remilitarização do continente e de guerra. **Freire** apresenta e comenta no seu informe as principais questões europeias no período.

É preciso destacar, contudo, o esforço da liderança europeia no pós-Trump II em estabelecer ou reativar alianças políticas e comerciais com blocos e grandes países, casos do Acordo UE-Mercosul, que será uma das maiores zonas de livre comércio do mundo, e acordos com a Índia, Indonésia e outros países (ver abaixo).

Uma boa notícia vinda da Europa e de **Portugal** nesta última semana foi a eleição do socialista António José Segura, que recebeu quase 68% dos votos válidos dos eleitores no segundo turno das presidenciais contra o ultradireitista André Ventura, e se tornou o novo Presidente de Portugal, com mandato de 5 anos. Embora não tenha ingerência na gestão cotidiana do governo português, é o chefe das Forças Armadas portuguesas e é o representante de Portugal na esfera internacional. Esta eleição rompe a sequência de vitórias da direita e da extrema-direita em eleições europeias.

China

Os movimentos da China não podem passar em branco, nem serem tratados superficialmente, pelo já enorme e crescente papel que tem na geopolítica global. Faz um discurso de compromisso com o multilateralismo e o desenvolvimento. Realizou o Fórum de Xangai para mobilizar seus parceiros asiáticos. Fez alarde (justo) do que pretende com a ALC, ao divulgar alguns dias depois (11/12/2025) da Estratégia dos EUA, o seu *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* http://www.cn-celac-forum.org.cn/eng/zgtlgtgx_1/202512/t20251211_11770524.htm, parte do importante Fórum China-CELAC (http://www.cn-celac-forum.org.cn/eng/), no qual anuncia investimentos em infraestrutura, desenvolvimento tecnológico e outros itens, no valor de cerca de 60 bilhões de yuans, ou cerca de 50 bilhões de dólares, mas sem truculência e sem explicitar exigências de alinhamento político.

O contencioso sobre Taiwan encontra-se em fase muito tensa, desde que os EUA de Trump negociou, em dezembro de 2025, a venda do maior pacote de armamento da história para Taipé (US$ 11,1 bilhões), mas que ainda deve ser aprovada pelo Congresso americano.

A extensa lista de altos mandatários que tem visitado a China recentemente (a exemplo do Canadá e Reino Unido) e do envio de altos representantes de Pequim em visitas oficiais a dezenas de países do mundo https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/wsrc/index_1.html sinalizam a notável disposição dos chineses em aproveitar o momentum propiciado pela belicosa política externa dos EUA. ***Lobato e coautores*** analisam outros elementos da política chinesa no artigo publicado neste fascículo do Caderno.

Nações Unidas

Diante da evidente e crescente fragilização do multilateralismo, radicalmente aprofundada pelos ataques e iniciativas dos EUA, as Nações Unidas fazem sua aposta num projeto que se pretende abrangente e transformador, a **Iniciativa UN80** https://www.un.org/un80-initiative/en. **ONU80** é o ambicioso esforço de reforma sistêmica das Nações Unidas, lançado pelo Secretário-Geral António Guterres, em março de 2025, quando a ONU comemorou seu 80º aniversário. Na resolução 79/318, adotada em 18 de julho de 2025, a Assembleia Geral acolheu a proposta do SG e manifestou o desejo de receber propostas relevantes quanto a como a ONU pode se adaptar para se tornar mais ágil, integrada e preparada para responder aos complexos desafios globais da atualidade, em meio à escassez de recursos.

O objetivo da iniciativa é tornar as Nações Unidas mais responsivas e resilientes; e de fazer mais, com mais eficácia e com menos entraves burocráticos - garantindo que o sistema das Nações Unidas esteja mais bem alinhado para atender às crescentes necessidades globais com unidade, agilidade e propósito. A iniciativa abrange todo o sistema, pois embora o Secretariado

da ONU represente aproximadamente 1/4 do total de recursos do sistema, a maior parte da execução fica a cargo de fundos, programas e agências especializadas. A iniciativa, portanto, propõe mudanças que impactam todo o sistema das Nações Unidas — desde a forma como os mandatos são criados até a forma como são executados e avaliados.

Na OMS, o discurso do DG Tedros Adhanom ao Comitê Executivo da OMS https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-158th-session-of-the-executive-board-2-february-2026 também sinaliza com reformas estruturais que reduzem postos gerenciais e número de trabalhadores, mas reafirma o compromisso do secretariado com o XIV Programa Geral de Trabalho da OMS 2025-2028 https://www.who.int/about/general-programme-of-work/fourteenth.

Para compensar a crise orçamentária e enfrentar crises que se multiplicam mundo afora, a OMS lançou, entre outras medidas, o https://www.who.int/news/item/03-02-2026-who-launches-2026-appeal-to-help-millions-of-people-in-health-emergencies-and-crisis-settings, apelo global para 2026 para garantir que milhões de pessoas que vivem em crises humanitárias e conflitos possam ter acesso a cuidados de saúde.

Sistema multilateral: grandes conferências e a rotina da diplomacia global continuam no cenário

Tomado de surpresa com a guinada dos EUA – sem dúvida a mais aguda transformação na diplomacia global em 2025 e, na verdade, nas últimas décadas – as instituições internacionais do sistema ONU continuam no seu esforço de implementar o multilateralismo global, regional e 'temático'. O debate geral durante a 80ª. Assembleia Geral (setembro de 2025) foi palco para demonstrações radicalmente opostas quanto ao multilateralismo, com os EUA despontando como o maior e mais radical opositor, ao lado de um punhado de outros, entre os quais Israel e Argentina, e todos os demais países apoiando. De outro lado, todas as demais organizações, programas e fundos das Nações Unidas fizeram suas assembleias em 2025 e já programam as de 2026. Em todas elas, a orientação será de políticas de ajuste, sobretudo orçamentário, embora procurando manter os programas acordados pelos respectivos colegiados.

Lamenta-se a frágil situação em que se encontra o mais importante processo em apoio ao desenvolvimento em curso nas Nações Unidas e em todos os países, a **Agenda 2030 e seus ODS,** muito distante do alcance das 169 metas até o ano crítico de 2030, como revelam os diversos informes das próprias Nações Unidas https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2025.pdf).

Recordamos, por fim, que 2026 é o ano de eleições para Secretario(a)-Geral das Nações Unidas, para mandato que inicia em janeiro de 2027. Como candidatas, são mencionadas duas mulheres latino-americanas: Michele Bachellet (Chile) e Rebeca Grynspan (Costa Rica). Chile, Brasil e México uniram forças no apoio a Bachellet, como explicita nota do Itamaraty do dia 02/02/2026. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/apresentacao-da-candidatura-de-michelle-bachelet-a-secretaria-geral-da-onu-comunicado-conjunto-de-brasil-chile-e-mexico A Argentina lançou a candidatura de Rafael Grossi, um diplomata argentino que dirige a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) desde 2019. O processo eleitoral vem descrito em: Nações Unidas iniciam processo para escolher quem substitui António Guterres | ONU News

Nossos analistas apresentam aqui, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade

intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária. Também buscamos cobrir o posicionamento da sociedade civil global de interesse público e de interesse privado, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde. Para um olhar sobre o ocorrido em 2025 em todas as áreas, sugerimos uma visita aos 23 fascículos quinzenais dos Cadernos daquele ano, com especial atenção ao último número, que contém um esforço de síntese do ano, acessíveis em: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Outras iniciativas globais

Na esfera global, uma inciativa muito esperada, que fortalece o multilateralismo, o comércio e a cooperação internacional, avançou, com a assinatura, em 17 de janeiro, em Assunção, do Acordo de Parceria Mercosul - União Europeia (Ver: Texto do Acordo Mercosul – União Europeia — Ministério das Relações Exteriores). O texto recebeu a aprovação de instâncias europeias decisivas (Ver: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/aprovacao-do-acordo-de-parceria-mercosul-uniao-europeia-nas-instancias-europeias-nota-conjunta-mre-mdic), embora continue enfrentando a resistência da França e alguns outros países do bloco, assim como do Parlamento Europeu, que pediu "vistas" ao texto à consultoria jurídica da EU, o que pode atrasar sua entrada em vigor. Lula enviou o texto para exame e aprovação do Congresso Nacional, que votará na última semana de fevereiro. A área da saúde vai ser impactada, conforme reportam ***Tobar e Franco***, nossos analistas de ALC. Analisando o contexto europeu, ***Freire*** destaca que o acordo UE-Mercosul enfrenta forte contestação jurídica e política, ao mesmo tempo e que a Europa entra em 2026 sob profunda fragilidade geopolítica.

Como estabelece a tradição, realizou-se em Davos, de 19 a 23 de janeiro, o Fórum Econômico Mundial (https://www.weforum.org/meetings/world-economic-forum-annual-meeting-2026/), com expressiva presença de líderes mundiais. O Fórum deixou claro que o mundo não está vivendo apenas um período de ajustes, mas uma ruptura nas relações internacionais. O mundo está mais fragmentado, os riscos se sobrepõem e o fortalecimento do diálogo deixou de ser uma escolha para se tornar uma condição incontornável para a paz e a estabilidade do planeta. Segundo Robert Muggah (Instituto Igarapé), o Fórum evidenciou o afastamento dos Estados Unidos do multilateralismo, a centralidade da China e a adoção de alianças pragmáticas por países que buscam sobreviver em um mundo cada vez mais fragmentado, com destaque especial para as potências médias, em um contexto em que as regras globais mudam mais rápido do que as instituições conseguem responder. O informe oficial do Fórum sobre riscos globais pode ser acessado em: https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2026.pdf.

Em artigos nesse Caderno, ***Garay*** apresenta o **Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM)** como uma resposta ética e coletiva da sociedade civil, baseada na recusa não violenta de modelos destrutivos. Interpreta a invasão dos EUA à Venezuela como parte de uma lógica geopolítica global que articula militarismo, combustíveis fósseis e finanças, com efeitos devastadores sobre o direito internacional, a saúde e a dignidade humana. Argumenta que guerras e desigualdades estruturais agravam a crise climática e sanitária, produzindo milhões de mortes evitáveis, sobretudo entre populações que menos contribuíram para esses processos. Destaca o impacto corrosivo dessas dinâmicas sobre as gerações jovens e a confiança nas instituições. O texto valoriza comunidades locais, baixo consumo, justiça social e regeneração ecológica como caminhos de resiliência e conclui defendendo o cuidado, a solidariedade e a ação comunitária como imperativos éticos diante da normalização da guerra e do colapso ambiental. ***Temos um sonho*** é o outro texto assinado pelo autor, com visões do **SHEM.**

Os conflitos militares

Os conflitos tornaram-se cada vez mais disseminados, com 61 conflitos de base estatal registrados em 2024 pelo Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala, muitos persistindo em 2025 e além. Conforme o Lancet https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(25)02596-6.pdf, os impactos na saúde são drásticos: destruição de instalações, deslocamento, fome, pobreza e interrupção do atendimento para doenças não transmissíveis, saúde materna e saúde infantil. Os conflitos também impulsionam a securitização da saúde, restringindo o acesso a dados, politizando a vigilância e limitando a pesquisa independente e a sociedade civil. Essas dinâmicas enfraquecem os sistemas institucionais necessários para a sustentabilidade da saúde pública.

Segundo recente informe das Nações Unidas https://front.un-arm.org/Milex-SDG-Study/Overview_TheSecurityWeNeed.pdf os gastos militares globais atingiram cifras imorais recordes, chegando a US$ 2,7 trilhões em 2024, dando continuidade a uma tendência de alta que já dura uma década; recursos que deveriam ser utilizados para o desenvolvimento sustentável, acabando com flagelos globais como a fome e melhorando diversos componentes da qualidade de vida de toda a população vulnerável do planeta, além de encaminhar soluções para as mudanças climáticas e a imensa tríplice crise ambiental (clima, biodiversidade e poluição) que ameaça a existência de toda a vida na Terra

Como conta do informe, esse valor supera em muito os recursos necessários para atender às necessidades básicas de saúde global: US$ 370 bilhões anualmente para assistência médica universal em países de baixa e média-baixa renda, US$ 93 bilhões para acabar com a fome e US$ 114 bilhões para garantir água potável e saneamento básico em 140 países. Os cortes nos orçamentos dos doadores, frequentemente vinculados ao aumento dos gastos com defesa, exacerbam ainda mais as desigualdades.

Com a Rússia, ignorando a Ucrânia e a Europa, os EUA vem conduzindo desgastantes discussões sobre paz ao longo do ano, afinal chegando a nenhuma concretude, mas sempre marcadas pelos interesses americanos. O sofrimento da população no intenso inverno europeu vem acompanhado de mortes, feridos e destruição da infraestrutura.

Bibi Netanyahu continua com apoio total para implementar a limpeza étnica e a ocupação definitiva da faixa de Gaza, o fortalecimento da colonização da Cisjordânia, e a permanência das forças israelenses nos territórios palestinos ocupados. As perdas de vidas inocentes, de mulheres e crianças, assim como de profissionais de saúde (como as vítimas do Crescente Vermelho) nessa guerra sem fim, continuam revoltando pessoas e governos em todos os quadrantes do planeta. Em meados de janeiro, Trump anunciou a criação do Conselho de Paz de Gaza, para supervisionar o governo de transição que irá controlar o território palestino, sem os palestinos. Presidido por ele, convidou diversos chefes de Estado para serem membros, inclusive o presidente Lula, que se negou a participar. Como sempre, monetarizando tudo, prevê o pagamento de US$ 1 bilhão para integrar do órgão. Os países sérios do mundo viraram-lhe as costas. Para muitos analistas poderia ser também um sério balão de ensaio para substituir a ONU nas suas funções precípuas de manutenção da paz no mundo.

Segundo pensadores políticos, sob os escombros de Gaza – além de milhares de mortes de civis inocentes, num verdadeiro genocídio promovido pelas forças militares regulares de Israel sob o comando de Netanyahu – foi também enterrada a ética do Ocidente.

Os conflitos militares proliferaram no mundo, produzindo milhões de mortos, feridos e sequelados física e mentalmente, seja nas guerras que tiveram maior cobertura midiática global, seja nas guerras esquecidas no continente africano, particularmente no Sahel, e em especial no

Sudão, sobre o qual a OMS tem feito alertas e pedidos candentes, face à imensa crise humanitária no país, depois de mais de 1.000 dias de guerra ininterrupta https://www.who.int/news/item/09-01-2026-sudan-1000-days-of-war-deepen-the-world-s-worst-health-and-humanitarian-crisis. A OMS estima que 33,7 milhões de pessoas precisarão de ajuda humanitária este ano, mais de 20 milhões necessitando assistência médica e 21 milhões desesperadamente necessitando de alimentos. O Sudão vive a pior crise humanitária do mundo.

As perspectivas para 2026 não são animadoras. A Rússia aproveita as hesitações e ambiguidades do governo americano em relação à guerra com a Ucrânia após a invasão, para impor sua política de anexação definitiva de territórios ocupados e desdenhar os processos de paz; a Europa apavorada se rearma e abre alistamentos de soldados, inspirada no aforisma 'si vis pacem para bellum' (se queres a paz prepara-te para a guerra) e nas exigências dos EUA de que ela assuma a sua própria defesa; no Oriente Médio deve se consolidar o poder absoluto de Israel e a postergação da constituição do Estado da Palestina. Depois das manifestações populares no Irã, estimuladas pelos EUA, como afirma Sachs no seu artigo nesse fascículo, Trump enviou um dos poderosos porta-aviões da armada americana para próximo às costas iranianas, com ameaças reais de bombardeio, que poderão elevar ainda mais a tensão no Oriente Médio.

A África e Ásia – com suas imensas e reconhecidas complexidades, impossíveis de serem abarcadas numa análise superficial – buscam encontrar os melhores caminhos no convulsionado mundo em que as superpotências disputam palmo-a-palmo a hegemonia global. Nossos analistas buscam apresentar as perspectivas dos dois continentes para 2026 neste fascículo.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, alertou, na última semana, que o fim do Tratado Novo START https://revistaforum.com.br/global/o-que-era-o-acordo-new-start/ representa um "momento grave" para a paz e a segurança internacionais, uma vez que os limites vinculativos às armas nucleares estratégicas dos EUA e da Rússia deixam de existir em meio ao aumento das tensões globais.

À propósito, recordamos que em 29 de janeiro de 2014, os Chefes de Estado e de Governo da CELAC aprovaram a Proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz https://www.gob.mx/sre/documentos/proclama-de-america-latina-y-el-caribe-como-zona-de-paz-comunidad-de-estados-latinoamericanos-y-caribenos-celac. O histórico documento estabelece o inarredável compromisso com a convivência pacífica, o respeito ao Direito Internacional e a promoção de relações de amizade e cooperação, além dos princípios da solução pacífica de controvérsias e a não intervenção em assuntos internos. O texto também assinala a preservação da soberania nacional e a igualdade entre os Estados, imprescindíveis para fortalecer a confiança mútua e prevenir ações que comprometam a segurança e a estabilidade regional.

O descompromisso com o desenvolvimento e a saúde na ajuda externa dos países desenvolvidos

A chocante decisão do governo Trump de desmantelar a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) da noite para o dia levou ao encerramento de 90% de seus cerca de 6.300 projetos, uma forma de "vandalismo geopolítico", segundo estudiosos de ajuda internacional à África, onde se localizam os países mais afetados https://www.researchgate.net/publication/389768778_After_USAID_what_now_for_aid_and_Africa. Os efeitos completos levarão tempo para serem compreendidos, pois sistemas de dados que rastreavam programas em todo o mundo também foram fechados. Tais decisões foram tomadas sem consultar os implementadores – ONGs internacionais nos EUA e no terreno, ministérios da saúde, que dependiam de programas de saúde financiados pela USAID. A resposta imediata foi de indig-

nação com os danos a milhões de africanos, incluindo a retirada abrupta do tratamento, com os consequentes aumentos de morbidade e letalidade para doenças no mínimo controláveis, como malária, tuberculose e HIV/AIDS.

Seguindo a deplorável decisão de radical redução da ajuda externa dos EUA ao desenvolvimento e à saúde, a imprensa apurou que também o governo do Reino Unido, por exemplo, reduzirá gastos com ajuda externa até 2027, num montante de £6 bilhões – levando a contribuição de ajuda do Reino Unido ao seu nível mais baixo em 25 anos.

No contexto do congelamento da ajuda dos EUA e de outros países tradicionalmente doadores, e em um momento em que 300 milhões de pessoas em todo o mundo estão em necessidade humanitária, os cortes são um golpe devastador. O editor-chefe do Lancet alertou no seu editorial de 7/02 Offline: HealthÃ¢â‚¬â€the forgotten foreign policy goal que a saúde está sendo o espaço esquecido da política externa mundo afora, prejudicando inevitavelmente a segurança da saúde global e colocando o fardo mais pesado sobre as populações mais vulneráveis do mundo.

Informes globais analisam, alertam, orientam

Os meses de dezembro e janeiro são palco de lançamentos de inúmeros informes globais sobre saúde e uma grande gama de temas que influenciam a saúde humana e planetária, no marco dos determinantes da saúde. Estes informes provêm do Sistema das Nações Unidas ou de grandes ONGs globais. Abaixo relacionamos alguns deles, com respectivos acessos online, que permitirá aos nossos leitores acessá-los e manter-se devidamente informados, o que é imprescindível para o trabalho em saúde global e diplomacia da saúde.

Os resumos de alguns dos informes selecionados para este fascículo podem ser encontrados na secção **Estante** e incluem: (1) Oxfam (2026). *Resistindo ao domínio dos ricos* (Resistindo ao Domínio dos Ricos: Defendendo a Liberdade contra o Poder dos Bilionários); *(2) Human Rights Watch (2026). Relatório Mundial sobre Direitos Humanos* (Relatório Mundial 2026 | Human Rights Watch); *(3) World Inequality Lab. World Inequality Report (WIR) 2026* (https://wir2026.wid.world/); *(4) World Economic Forum. The Global Risks Report 2026* https://reports.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2026.pdf) *(5) UN University Institute for Water, Environment and Health (2026). Global Water Bankruptcy: Living Beyond Our Hydrological Means in the Post-Crisis Era* (https://collections.unu.edu/eserv/UNU:10445/Global_Water_Bankruptcy_Report__2026_.pdf) *(6) UNCTAD (2026). Global Trade Updatentaio: Top trends redefining global trade in 2026* https://unctad.org/publication/global-trade-update-january-2026-top-trends-redefining-global-trade-2026

Plurilateralismo: Grupos de países planejam-se para 2026

Ao longo de 2025, os grupos de países **G20, BRICS, G7, ASEAN, União Africana, G77+China** e muitos outros realizaram suas reuniões de líderes e suas reuniões de Ministros da Saúde e de outras áreas sociais, ambientais e econômicas que têm ampla influência sobre a saúde – e as realizarão também em 2026. Nos 23 fascículos de 2025, os leitores encontrarão em detalhes o ocorrido ao longo do ano em cada bloco ou grupo de países, inclusive em **saúde**, que dado nosso compromisso, é sempre priorizada.

O Brasil continua presidindo a **COP30** até fins de 2026, procurando implementar as conquistas singulares alcançadas – como, no caso da saúde, o Plano de Ação de Belém (ver artigo do Ministro Padilha e do DG/OMS Adhanom, reproduzido neste fascículo). Mas também digerindo alguns reveses, muitos deles explicáveis pela onda de negação do multi- e do plurilateralismo imperante nos nossos tempos.

Brasil

A presença internacional do Brasil nos últimos dois meses se deu tanto pela presença ativa em eventos internacionais, quanto por manifestações de altos dirigentes na mídia global. O presidente Lula publicou artigo em diversos veículos internacionais importantes do Mercosul e da União Europeia https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/artigos/acordo-mercosul-ue-e-a-resposta-do-multilateralismo-ao-isolamento, em 16/02, por ocasião da assinatura do Acordo Mercosul-EU, proclamando-o com um importante exemplo de saudável multilateralismo. Já no New York Times, em 18/01, Lula rebate a posição neoimperialista de Trump sobre a ALC, com artigo intitulado *"This hemisphere belongs to all of us"*. O assessor internacional da presidência, embaixador Celso Amorim, por sua vez, foi convidado do The Economist, onde publicou artigo intitulado *"How can we live in a world without rules?"*, com ênfase em críticas a atuação do governo Trump II. Os dois últimos artigos foram traduzidos ao português e estão reproduzidos neste fascículo, pela clareza com que trazem as posições do Brasil em temas políticos internacionais relevantes.

Finalmente, o Pronunciamento do presidente Lula na abertura do Fórum Econômico Internacional – América Latina e Caribe 2026 — Planalto foi mais um chamado do Brasil a reconstituição do multilateralismo na ALC e também uma vigorosa mensagem de apoio ao multilateralismo global.

Saúde global e diplomacia da saúde: Perspectivas 2026

Em suma, 2025 foi um ano de intensa ebulição geopolítica, com a escalada de conflitos existentes e o surgimento de novos pontos de tensão, enquanto as potências globais redefiniam suas esferas de influência em um mundo cada vez mais imprevisível. O início de 2026 não sinaliza com perspectivas melhores segundo todos os indícios da geopolítica e da diplomacia global.

Já **as perspectivas para a diplomacia da saúde em 2026** serão moldadas possivelmente pela contínua consolidação da saúde como um tema central na geopolítica global e pela necessidade de fortalecer a cooperação internacional pós-pandemia de COVID-19. Os principais pontos e tendências incluem:

- Fortalecimento do Multilateralismo: A comunidade internacional deverá realizar um esforço renovado para fortalecer instituições multilaterais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), e garantir a adesão a acordos globais de saúde (como o Tratado sobre Pandemias e as revisões do Regulamento Sanitário Internacional) para melhorar a governança da saúde global.
- Equidade e Acesso Universal: A promoção da equidade na saúde e o acesso justo a vacinas, tratamentos e diagnósticos, especialmente para países em desenvolvimento, permanecerão como prioridades cruciais na agenda diplomática.
- Intersecção com Outros Temas Globais: A diplomacia da saúde estará cada vez mais interligada a outras questões urgentes, como as mudanças climáticas (com a COP30 no Brasil em foco), as desigualdades sociais e o desenvolvimento sustentável.
- Resiliência dos Sistemas de Saúde: Um foco significativo estará na construção de sistemas de saúde mais resilientes para enfrentar futuras emergências de saúde pública e pandemias, com base nas lições aprendidas.
- Inovação e Tecnologia: O uso de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, telemedicina e monitoramento remoto, deve continuar se expandindo, exigindo quadros

regulatórios e cooperação internacional para garantir que essas inovações beneficiem a todos e controlem as fake news e o negacionismo da ciência, muito intenso nos campos da saúde e do ambiente em geral.

- Atores Não Estatais: Além dos governos, atores da sociedade civil, academia (como a Fiocruz no Brasil) e o setor privado ético terão um papel cada vez mais relevante na definição da agenda de saúde global.

A Fiocruz, por meio de iniciativas como o Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2026, que conta com mais de 1.800 inscritos, pretende continuar a ser uma referência na formação de profissionais para navegar nesse cenário complexo e dinâmico, que exige uma compreensão aprofundada da economia política da saúde e processos de tomada de decisão global.

Regiões, territórios e temas em foco

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das Nações Unidas, ***Alcázar*** apresenta, com seu habitual estilo literário que mistura ficção, crítica e análise política, uma reflexão sobre o conflito entre Israel e Palestina, com foco nas consequências humanitárias da guerra, especialmente na Faixa de Gaza. Ele denuncia mortes de civis, discute a possibilidade de genocídio e critica a atuação da comunidade internacional e das Nações Unidas, que pouco conseguiu fazer para evitar a desumanização de um povo.

As **posições do Brasil** em temas candentes da agenda internacional estão expostas em artigos do **presidente Lula** e do **embaixador Celso Amorim**, já mencionados anteriormente.

No seu **Réquiem para 2025**, o embaixador **Adhemar Bahadian** analisa o período que rotula como "o ano da irracionalidade absoluta", pelo colapso das leis internacionais e do rastro de sangue que deixa. Um libelo emocionante e emocionado, para o qual convidamos a atenção do leitor.

O artigo de **Reges, Bermudez** e **Galvão**, analisa a **Organização Mundial da Saúde**, destacando a forte tensão política e institucional causada pela saída dos EUA da organização. O texto desta ainda que avançam negociações complexas e ainda inconclusas relacionadas ao Acordo de Pandemias, em um contexto de sobreposição de crises, decisões e disputas, que reforça a sensação de que múltiplos processos críticos ocorrem simultaneamente. Ao longo do texto os autores analisam ainda os principais entraves em torno do Anexo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios, bem como os debates travados no âmbito do Conselho Executivo da OMS, além do estágio dos preparativos globais para futuras pandemias e como esses processos se refletem nos espaços decisórios ocupados pelo Brasil e pela Fiocruz, destacando desafios, oportunidades e implicações estratégicas para sua atuação no cenário internacional.

Já o artigo especial de **Viegas, Hage e Ventura** – membros do GT Fiocruz/USP sobre o Acordo sobre Pandemia e a reforma do RSI – traz uma visão complementar das dificuldades das negociações em torno do sistema PABS.

Na área de **ambiente e saúde, *Magalhães e Galvão*** analisam a "crise planetária tripla" — mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição — e seus impactos diretos sobre saúde, água e economia no início de 2026. Com base em cinco relatórios internacionais recentes, o artigo evidencia que modelos insustentáveis de produção, consumo e governança seguem impulsionando a degradação ambiental global. Os efeitos incluem aumento de doenças, inse-

gurança alimentar, deslocamentos populacionais e aprofundamento das desigualdades. Como agravante desse quadro, os autores destacam um grave déficit de financiamento para adaptação climática, especialmente no setor saúde. O informe também aponta uma crise estrutural nos sistemas de água e saneamento, agravada pelo clima e pelo subfinanciamento, e concluem que a inação ambiental gera custos humanos e econômicos crescentes, exigindo transformações sistêmicas urgentes.

O informe de De ***Negri Filho e Gaspar*** analisa o **sistema de direitos humanos das Nações Unidas,** com foco no Conselho de Direitos Humanos (CDH) em 2026, em seu 20º ciclo institucional. Apresenta a composição, os principais mecanismos de monitoramento e os destaques da 61ª sessão, incluindo direitos das mulheres, financiamento do desenvolvimento, direitos da criança, pessoas com deficiência e meio ambiente. Examina o perfil do Presidente do CDH em 2026, o Embaixador Sidharto Reza Suryodipuro (Indonésia), cuja presidência indica continuidade procedimental, diplomacia de consenso e não seletividade. Em seguida, apresenta alguns pontos relevantes do relatório mundial de desigualdades e, por fim, destaca os sistemas universais de saúde e seguridade social como instrumentos centrais de redistribuição de renda e produção de riqueza social.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta um panorama dos principais acontecimentos do fim de 2025 e início de 2026 na **agenda migratória**, marcada por avanços e retrocessos. As políticas anti-imigratórias de Trump nos Estados Unidos são pontos de atenção para a comunidade internacional, devido à violência das operações de fiscalização do Serviço de Imigração e Controle de Alfândega (ICE), em especial com a morte de pessoas imigrantes em Minneapolis e com a prisão do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Em contrapartida, a OMS reafirmou seu compromisso com a proteção de migrantes e refugiados ao lançar o primeiro Grupo Técnico Consultivo em Saúde, Migração e Deslocamento, com representantes das suas seis regiões de atuação. Além disso, em janeiro, a Organização publicou um documento com evidências dos impactos negativos que os centros de detenção de imigrantes têm sobre a saúde. Finalmente, foi analisado o relatório de atividades do ACNUR para o ano de 2025, o qual revelou que a redução significativa em seu financiamento forçou cortes operacionais e limitou sua capacidade de atuação, colocando a necessidade de solidariedade internacional para o enfrentamento das crescentes crises que são esperadas em 2026.

Com foco na **saúde da mulher e da criança, *Vilella, Baraldi, Massari e Gomes*** trazem, neste primeiro informe de 2026, uma análise de balanço do ano que passou, perspectivas e os imperativos urgentes para 2026, e os highlights que ocorreram entre dezembro/25 e fevereiro/26.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global, *Nilson e Oliveira*** refletem sobre as perspectivas e desafios desta agenda no ano de 2026, considerando a fragilização do multilateralismo e dos compromissos internacionais e suas potencialidades e riscos diante das mudanças na conjuntura geopolítica mundial e como isso se reflete nas políticas nacionais. Nessa reflexão, amparados por um relatório recente da FAO, discutem a necessidade de mudanças sistêmicas e possíveis caminhos para essas transformações em um cenário conturbado e imprevisível.

O artigo de ***Barros, Sanglard, Rodrigues e Gaspar*** aborda o relatório World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2022–2025, da **UNESCO**, que evidencia uma deterioração global acelerada da liberdade de expressão. O estudo demonstra queda de 10% no índice internacional desde 2012, associada ao avanço do autoritarismo, ao enfraquecimento institucional e ao uso estratégico de normas legais para restringir vozes críticas. A violência contra jornalistas intensificou-se, com 310 mortes entre 2022 e 2025 e taxas elevadas de impunidade, além do crescimento do exílio jornalístico. Mulheres jornalistas enfrentam riscos ampliados, incluindo violência digital e ataques misóginos mediados por tecnologia. O relatório também

destaca o papel ambíguo das plataformas digitais e da inteligência artificial, que ampliam tanto investigações jornalísticas quanto desinformação, ódio e desigualdades informacionais. A crise econômica da mídia, agravada pela concentração de receitas em plataformas, ameaça o pluralismo. A UNESCO conclui que proteger jornalistas, regular plataformas e fortalecer instituições democráticas é essencial para preservar a integridade informacional e a democracia.

Analisando as instituições financeiras internacionais, ***Cazumbá*** aponta que o **Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional** lançaram as suas publicações atualizadas sobre as perspectivas de crescimento econômico global e regional. Nestas publicações, observam-se que o comércio internacional passou por apuros em 2025, porém, a economia mundial mostrou resiliência. Ao mesmo tempo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento lançou uma publicação avaliando a performance da América Latina e do Caribe em relação às exportações, diante de um difícil cenário global. No tema saúde, o Banco Mundial fez parcerias com organizações importantes, visando a melhoria dos sistemas de saúde já existentes nos países.

Já o Informe de **Tavares** apresenta uma síntese das perspectivas e dos principais desafios colocados para os Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) neste ano de 2026. Diante de uma realidade de conflitos e de fragmentação geopolítica, os BRDs - que atuam como financiadores de projetos econômicos, sociais e ambientais em regiões específicas - possuem como grande desafio na integração regional. Diante da redução brutal de recursos para a cooperação internacional e assistência a países mais vulneráveis, os BRDs apontam para uma maior necessidade de mobilização de recursos, associada a mecanismos de inovação no financiamento como o uso de moedas locais e o incremento de empréstimos concessionais que não aumentem a dívida dos países em situação de dificuldade financeira. O Informe também apresenta perspectivas e desafios dos BRDs no financiamento para projetos em saúde.

Segundo ***Chamas e Cesário***, em 3 de fevereiro de 2026, os membros da **Organização Mundial do Comércio** reuniram-se para examinar os próximos passos para o avanço da reforma da OMC em preparação para a 14ª Conferência Ministerial (MC14), agendada para março de 2026 em Yaoundé, Camarões. O relatório Innovation Capabilities Outlook 2026, da **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**, mapeia 2.508 capacidades de inovação em ciência, tecnologia, empreendedorismo e produção, revelando que a inovação global permanece concentrada em aproximadamente 30% das economias mundiais, enquanto 70% lutam para ganhar complexidade. O relatório Global Trade Update: Top Trends Redefining Global Trade in 2026, da **UNCTAD**, examina dez tendências estruturais que moldam o comércio global em 2026, incluindo a desaceleração do crescimento econômico, a elevação de tarifas, a reconfiguração de cadeias de valor e a expansão do comércio Sul–Sul. Em conjunto, essas publicações oferecem um panorama abrangente das assimetrias em capacidade de inovação e inserção comercial que definem a economia global contemporânea, com implicações significativas para a saúde, a política industrial e o desenvolvimento sustentável no Sul Global.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** reúne posicionamentos, análises e iniciativas de 46 organizações da sociedade civil com atuação na saúde global, monitoradas no período de 5 de dezembro de 2025 a 5 de fevereiro de 2026 e indicam que conflitos armados prolongados, retração do financiamento internacional, instabilidade política, emergência climática e desigualdades estruturais moldam um contexto de persistente e crescente vulnerabilidade para populações historicamente marginalizadas. Os conteúdos compilados evidenciam retrocessos importantes na arquitetura da saúde global, com cortes severos na ajuda oficial ao desenvolvimento, fragilização de mecanismos multilaterais e tensões na relação entre governos poderosos e organismos internacionais. Ao mesmo tempo, observam-se esforços relevantes para sustentar respostas humanitárias, fortalecer sistemas de

saúde, ampliar a atenção primária e investir em ciência e inovação, especialmente nas áreas de saúde materno-infantil, doenças infecciosas, saúde mental e mudanças climáticas. O informe também destaca o papel central da governança em saúde, da defesa dos direitos humanos e da equidade como eixos estruturantes das respostas contemporâneas, bem como a importância da sociedade civil na denúncia de violações, na produção de evidências e na mobilização por políticas públicas justas. Em meio à fragmentação geopolítica e à financeirização crescente da saúde, as organizações reafirmam a necessidade de cooperação internacional, solidariedade e fortalecimento de sistemas públicos como condição indispensável para proteger vidas e garantir o direito à saúde em escala global.

De Negri e De Negri Filho abordam, no Panorama Político-Econômico, o Fórum Econômico de Davos, os impasses nas negociações do Novo Acordo Fiscal Global da ONU, e os movimentos sindicais transnacionais e as lutas anti-imperialistas. Sobre a Saúde, focam na crise humanitária e sanitária na Palestina e na política de desfinanciamento ("defunding") como instrumento da saúde imperialista. O informe destaca como a retórica vazia das elites em Davos e a capitulação nas regras fiscais contrastam com a resistência concreta nos territórios e no movimento pela saúde como direito, traçando os principais eventos internacionais a serem monitorados ao longo do ano.

Na análise do **Sul Global, *Ungerer e Kastrup,*** analisam os principais movimentos e iniciativas do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC), G-77 e a China, o Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e o Centro Sul, um conjunto de instituições que expressam as vozes, prioridades e estratégias dos países em desenvolvimento no sistema internacional. Nesse ecossistema de governança global, o informe também apresenta a atuação do Brasil na cooperação Sul-Sul, com destaque para o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), bem como a contribuição da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) como instituição estratégica do Estado brasileiro e ator relevante da diplomacia da saúde.

Em seguida, ***Hoirisch***, apresenta as recentes ações dos EUA envolvendo o uso da força em território venezuelano, justificadas pela retórica do combate ao narcotráfico, que, segundo a autora, enviam uma mensagem clara para a América Latina, para os **BRICS** e o resto do mundo, que terão que levar em consideração o corolário Trump da Doutrina M(D)onroe. O informe destaca ainda que o presidente Trump vem fazendo ameaças de anexação da Groenlândia, do Canadá e para controlar o Canal do Panamá; que o mundo passou por uma ruptura na ordem mundial e está vivenciando o início de uma realidade brutal. Sob este contexto, a presidência indiana do BRICS ocorre nesse momento em que a transição para a multipolaridade se tornou caótica em meio às rivalidades entre as grandes potências, o espírito do multilateralismo está sendo desafiado por impulsos unilaterais e o BRICS busca gerenciar seu processo de expansão, ao mesmo tempo em que a presidência do Brasil tenta avançar na agenda de saúde.

Sobre o **G-20**, o informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa o início da presidência dos Estados Unidos em dezembro de 2025 e examina a nova e breve agenda divulgada na primeira reunião de Sherpas em Washington. Sobre o G-7, os autores apontam os desafios e as perspectivas no contexto da transição da presidência canadense, em 2025, para a presidência francesa, em 2026, em um cenário marcado pela erosão do multilateralismo, tensões geopolíticas e retração do financiamento internacional. Em seguida, discutem a agenda proposta pela França, que busca revitalizar o papel do G7 como espaço de coordenação política e enfatiza as expectativas em torno da liderança francesa na saúde global. Sobre a OCDE os destaques se dividem entre a publicação de um estudo sobre competências e políticas públicas, outro sobre mobilidade social e desigualdades latino-americanas e caribenhas e dois documentos sobre a relação entre mercado de falsificados e exploração laboral. Também são destaques dez estudos que abordam temas sobre Saúde.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC)**, nossos analistas ***Brito e Tobar*** argumentam que as perspectivas para a região são de instabilidade política interna, pressões externas e estimativas de crescimento estagnado. O caso da Venezuela representa a difícil equação latino-americana, manter sua autonomia frente a disputa global por hegemonia. Os esforços coletivos podem tentar mitigar os efeitos complexos de se tornar uma zona de influência dos EUA, mas é importante acompanhar quais serão os resultados das eleições em países-chave como Brasil e Colômbia que atualmente se diferenciam de uma tendência a direita em vários países da região. No acompanhamento de organizações sub-regionais, o fórum econômico internacional patrocinado pelo CAF juntou chefes de estados para discutir oportunidades conjuntas para países da região, além disso, destacamos a posse do novo secretário executivo do Organismo Andino de Saúde (ORAS) e, por fim, destacam o lançamento de Michelle Bachellet como candidata à vaga de secretário geral da ONU.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por Silva, trata da transição estrutural de África na arquitetura de saúde global. Aponta que o ano de 2025 marcou a consolidação da diplomacia sanitária como motor de influência política, destacando-se a inclusão da **União Africana (UA)** no G20 e a liderança do **CDC África** na "Nova Ordem de Saúde Pública". Destaca também que foram registados avanços significativos na soberania farmacêutica, com o compromisso de produzir 60% das vacinas no continente até 2040 e o fortalecimento da Agência **Africana de Medicamentos (AMA)**. A transformação digital surge como pilar estratégico; e o Comité de Especialistas instou os Chefes de Estado a digitalizarem 90% dos sistemas de Atenção Primária à Saúde (APS) até 2035. Apesar do uso inovador de drones e inteligência artificial, o continente enfrenta desafios persistentes, como o subfinanciamento crónico e crises humanitárias complexas no Sudão e na RDC. Para 2026, as prioridades incluem a 39ª Cúpula da UA em Adis Abeba, com foco em reparações históricas e segurança hídrica, e a 5ª Conferência Internacional sobre Saúde Pública (CPHIA2026). No plano diplomático, destaca-se a mediação internacional no conflito do Saara Ocidental através de reuniões estratégicas em Madrid.

Já ***Marques***, no seu informe sobre **Ásia e Oriente Médio**, no contexto das disputas de poder entre EUA e China, aponta quanto é interessante refletir sobre as diferenças entre o pensamento ocidental e oriental, sobre como esses países encaram essa disputa de poder e como traçam seus caminhos para alcançar o poder – inclusive como eles interpretam o que é poder e ter poder. A China atordoa os EUA tirando da manga soluções e caminhos não pensados pelo pensamento ocidental. O caos provocado por Trump 2.0 tem causado efeitos perigosos no Oriente Médio e na Ásia, sendo que Taiwan é o maior risco, pois EUA tem mais a perder se "perder" a ilha. O Fórum de Davos foi um reflexo desse esquentamento da geopolítica e espelhou a nova Guerra Fria 2.0. O discurso do premier canadense expressou bem esse momento de queda da hegemonia americana no fórum que mostrou também que os países da Ásia e do MENA estão avançando em tecnologias inovadoras e estão se apresentando como países estáveis e abertos a investimentos. A Inteligência Artificial ganhou destaque; os países das duas regiões mostraram seus investimentos e sucessos. A IA também ganhou destaque no EB158, no relatório do diretor da OMS, que serve como o "manual de regras" global. A Ásia e o Oriente Médio são os "campos de teste" onde essas regras estão a ser desafiadas na prática, com bons resultados. O informe traz como os países duas regiões estão usando a IA para a saúde e suas soluções para tornar mais baratos e acessíveis os produtos desta tecnologia.

Com uma mirada mais específica sobre o sistema de saúde dos **EUA*, Luiz Augusto Galvão*** analisa a implementação da "One Big Beautiful Bill Act" (OBBBA) e suas mudanças no financiamento do Medicaid; alterações nos subsídios do Affordable Care Act (ACA) em 1º de janeiro de 2026; a ressurgência do sarampo, com 588 casos confirmados em janeiro de 2026; surtos relacionados à Disneylândia na Califórnia e em South Carolina; e as respostas em nível estadual,

particularmente da Califórnia. A análise baseia-se em fontes como KFF (Kaiser Family Foundation), Health Affairs, American Journal of Public Health (AJPH), Global Health Now da Johns Hopkins, e publicações de órgãos governamentais federais e estaduais. Este período representa um momento de transição na política de saúde americana, com implicações para milhões de pessoas.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** destacam os movimentos chineses na geopolítica global, como a busca do diálogo com Putin e Trump, assim como o anúncio por Xi Jinping da intenção de fazer o renminbi uma moeda de reserva internacional. Na saúde, os autores trazem a notícia de que Instituto de Microbiologia lança com Fiocruz primeiro laboratório sino-brasileiro da Iniciativa Cinturão e Rota e que a Administração Nacional de Medicamentos chinesa consolida regras para garantir ambiente de inovação e acelerar autorização de novas drogas, entre outros assuntos.

Este fascículo traz ainda a reprodução do texto publicado na revista The Lancet, intitulado Governança para a saúde num mundo turbulento: introduzindo uma nova Comissão Lancet, que tem o editor destes Cadernos entre seus autores. O texto destaca o impacto crescente das assimetrias de poder, da erosão democrática, das crises geopolíticas, econômicas e ecológicas sobre a saúde e a equidade; argumenta que o multilateralismo atual é insuficiente para enfrentar pandemias, mudanças climáticas e desigualdades estruturais, e defende, por fim, um novo multilateralismo decolonial, liderado pelo Sul Global, com a saúde tratada como bem público global e a equidade como imperativo central.

A secção **ESTANTE** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos Cadernos.



Seminários Avançados da Fiocruz discutem panorama demográfico e epidemiológico global e seus desafios em 25/02



Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2026 iniciou em 4 de fevereiro e vai até dezembro



Com duração de 10 meses (4/02 a 16/12/2026) e constituído de 23 Seminários quinzenais, online, com a participação de especialistas nacionais e internacionais, o Curso se destina a discutir e refletir sobre os principais problemas e desafios políticos, sociais, econômicos, ambientais e saúde que afetam a saúde, em nível global e regional com ênfase na América Latina e Caribe e países de língua portuguesa. Inscreveram-se mais de 1.800 profissionais de nível superior e estudantes das áreas da saúde, diplomacia e relações internacionais, ciências humanas, sociais e afins, liderança da sociedade civil e interessados no tema da saúde global e diplomacia da saúde, de 46 países

Organismo Andino de Saúde agradece Maria del Carmem e elege Fernando Araos Dattoli como novo Secretário Executivo

O médico chileno Fernando Patricio Araos Dattoli assumiu o cargo de Secretário Executivo do Organismo Andino de Salud (ORAS-CONHU) em 20 de janeiro de 2026, sucedendo a médica peruana María del Carmen Calle Dávila Ele foi eleito por unanimidade pelos ministros da Saúde dos países membros (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela). O ORAS-CONHU é um organismo de integração sub-regional voltado para a coordenação e apoio nos esforços de saúde dos países membros. Os Cadernos parabenizam Maricarmen pelo excelente trabalho realizado e dão as melhores boas-vindas ao dr. Araos Dattoli.

Médico e pesquisador da Fiocruz assume o TDR/OMS

Médico infectologista da Fiocruz, Marcus Vinicius Guimarães Lacerda é o novo diretor do Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais (TDR) da Organização Mundial de Saúde (OMS). A nomeação foi feita pelo DG da OMS, Tedros Adhanom, durante painel de seleção com a chancela dos membros do Conselho Coordenador Conjunto (JCB) e demais copatrocinadores do TDR (Unicef, PNUD e Banco Mundial). Marcus Lacerda assumirá oficialmente o programa no início de março deste ano. É a segunda vez que um brasileiro dirige o TDR. O primeiro foi o médico e pesquisador Carlos Morel, ex-presidente da Fiocruz. Os Cadernos se regozijam com esta indicação e desejam pleno sucesso ao colega brasileiro.



Aliança pela Atenção Primária à Saúde (APS) nas Américas realiza Fórum no Brasil



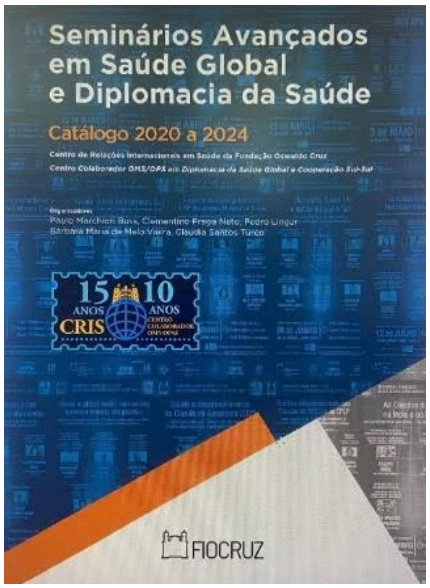
A Aliança pela Atenção Primária à Saúde (APS) nas Américas, iniciativa conjunta da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), celebrou seu segundo aniversário com a realização do II Fórum Regional da Aliança pela APS (Rio de Janeiro, 26-28/02/2026), para compartilhar experiências, avaliar progressos e definir estratégias conjuntas. Desde seu lançamento em Montevidéu, Uruguai, em dezembro de 2023, a Aliança consolidou-se como um mecanismo regional inovador que impulsiona a transformação dos sistemas de saúde por meio da atenção primária à saúde, considerada o pilar fundamental para alcançar a saúde universal. Sua abordagem combina cooperação técnica, financiamento estratégico e diálogo político para apoiar os países na implementação de reformas na APS centradas nas pessoas e orientadas para responder a futuras crises sanitárias. Ver mais em: https://www.paho.org/pt/noticias/28-1-2026-alianca-pela-atencao-primaria-saude-nas-americas-completa-dois-anos-e-incorpora

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os Cadernos se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 230 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou download no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

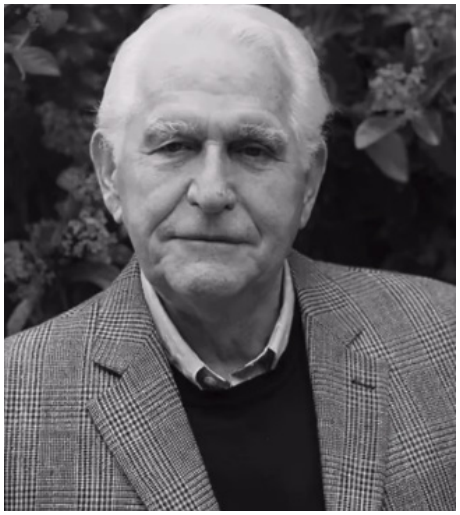
Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e DIplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQh-qa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, One Health, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; o primeiro deles, sobre 'Geopolítica, saúde global e diplomacia da saúde' foi realizado em 04/02, e está disponível online no YouTube da Fiocruz.

Perdemos dois grandes em janeiro: Giorgio Solimano e Madel Therezinha Luz

Janeiro de 2026 levou-nos duas grandes personalidades da saúde coletiva, saúde pública e medicina social latino-americana, Giorgio e Madel. Os Cadernos registram aqui seu imenso pesar, em nome dos milhares de profissionais de saúde que beberam destas fontes generosas de conhecimentos e práticas políticas.



Giorgio Solimano, falecido a 27/01/2026, aos 89 anos, era chileno, médico, formado pela Universidade do Chile. Especializou-se em pediatria, medicina social, nutrição infantil e saúde pública em seu país, na Europa e nos Estados Unidos. Foi diretor da Escola de Saúde Pública da Universidade do Chile e professor em universidades de renome internacional, além de criador de inúmeros programas acadêmicos em saúde pública no Chile e no exterior. Ficou conhecido por sua luta contra a desnutrição infantil. Na primeira década dos 2000 se dedicou a articulação latino-americana pela saúde global, sendo um dos responsáveis pela criação, em 2010, da Alianza Latino-americana de Salud Global – ALASAG. Sua trajetória, marcada pelo compromisso ético, político e humano com a saúde pública e com a justiça social deixam marcas duradouras em gerações de profissionais, pesquisadores e ativistas da saúde pública continental.



Madel T. Luz era considerada um dos grandes nomes da Saúde Coletiva brasileira. Filósofa, doutora em Ciência Política e mestre em Sociologia, ajudou a formar gerações de pesquisadores, sanitaristas e profissionais de saúde na UFRJ e na UERJ, instituições onde lecionou e desenvolveu suas pesquisas. Coordenou a Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (CSHS), entre 2003 a 2005 e ocupou a vice-presidência da Associação de 2006 a 2009. Cunhou o conceito de 'racionalidades médicas', um avanço teórico fundamental para enxergar os complexos sistemas que regem o saber e a prática médica, e a hegemonia existente no campo da Saúde, o que abriu caminho para as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), por exemplo. É também referência obrigatória na análise das instituições médicas. Escreveu livros hoje clássicos como 'Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna'; 'As Instituições Médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia'; e 'Medicina e Ordem Política Brasileira: Política e Instituições de Saúde no Brasil (1850 – 1930)'.

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos Cadernos, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor Honoris Causa da Fiocruz, mantemos essa "estranha mania de ter fé na vida"; como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, nos guiamos pelo "pessimismo da razão e o otimismo da vontade";

Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz e do Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz, os Cadernos e os Seminários Avançados são tributos que prestamos à tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 12 fevereiro de 2026

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar

Editor e editoras-associadas

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

